

EDUCAÇÃO E POLÍTICA PARA ALÉM DA LÓGICA DO CAPITAL

Wildiana Kátia Monteiro Jovino¹

RESUMO

Os elementos estruturantes da acumulação capitalista, no contexto geral das sociedades contemporâneas, não apresentam nada de essencialmente novo. A equação que define, organiza e reproduz o modelo de sociabilidade do capital não sofreu alterações, ao contrário, o sistema do capital acirrou a sua fome de valorização do valor. No atual cenário que mercantiliza as relações sociais e os indivíduos, exacerba a marginalização e a violência, pensar a possibilidade de ruptura com padrões de tamanha força totalizadora soa quase como apologia ao impossível. Atônitos, vemos direitos sociais duramente conquistados caírem por terra, sem grandes chances de milagres pessoais que revertam os efeitos nefastos das mediações antagônicas do sistema do capital sobre o trabalho em tempos de crise estrutural. Na contramão de tantas previsões céticas, o filósofo húngaro István Mészáros vê o caminho de ruptura com a lógica desumanizadora imposta pelo sociometabolismo do capital a partir do processo de reestruturação da sociedade. Neste artigo, pretendo destacar algumas das mediações potenciais ao enfrentamento da hegemonia alienada do capital, tais como: a política radical, que em expresso combate à política burguesa deve restituir à base social o poder de controle e decisão dos quais a classe trabalhadora sempre foi mantida alheia; e a educação, que embora se encontre refém do poder mercadológico que a classifica como um campo inesgotável de rendimentos para o capital e reproduza o discurso da cidadania liberal, que pensa a igualdade nos termos da igualdade de oportunidades, quando adequadamente engajada nos processos formativos que se desenvolvem na convivência humana, no trabalho, nos movimentos sociais, nas instituições e manifestações culturais, é uma prática social irremediável, capaz de dar amparo à formação/autoformação crítica dos sujeitos em prol da emancipação humano-social.

Palavras-Chave: Educação em Meszáros. Política. Negação do Sistema do Capital.

ABSTRACT

EDUCATION AND POLITICS BEYOND THE LOGIC OF CAPITAL

The structural elements of capitalist accumulation, in the general context of contemporary societies, do not present anything essentially new. The equation that defines, organizes and breed the sociability model of capital has not changed, on the contrary, the capitalist system intensified its hunger for appreciation of value. In the current scenario which exploits for profit social relations and individuals and exacerbates marginalization and violence, to think about the possibility of breaking with standards of such encompassing force almost sounds like an apology to the impossible. Stunned, we see hard-won social rights fall to the ground without a good chance of personal miracles that would reverse the harmful effects of antagonistic mediation of the capital system over labor in times of a structural crisis. Contrary to several skeptical

¹ Pedagoga, doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: wjovino@gmail.com

forecasts, the Hungarian philosopher, István Mészáros, sees how to break with the dehumanizing logic imposed by the socio-metabolism of capital starting with restructuring society. In this article, the aim is to highlight a potential mediation that would help fight the alienating hegemony of capital, such as: a radical approach, by which clear anti-bourgeois politics would give back to the social basis the power to control and decide from which the working class has always been maintained away; and education, which in spite of being kept hostage of the marketing power that classifies it as an inexhaustible field of income for capital and voice the discourse of liberal citizenship, is indeed a tool that shapes equality in terms of equal opportunities, when properly engaged in the formative processes that develop in human society, at work, in social movements, in institutions and cultural events, in short, an invaluable social practice capable to support formation/self-formation of critical subjects for the sake of human and social emancipation.

Keywords: Education according to Mészáros, Politics, Negation of the Capital System.

1 INTRODUÇÃO

As mediações negativas do sociometabolismo do capital, tais como a propriedade privada e a divisão do trabalho, afetam profundamente cada âmbito da totalidade social, assim como a contradição capital-trabalho engendra tanto a opressão como a degradação do homem. A doutrina liberal, na sua vertente neoliberal, traça a implantação de sua hegemonia através do redesenho das práticas produtivas e nichos de acumulação, e tem no Estado o seu principal aporte para a garantia dos interesses do capital sobre o trabalho e das estruturas necessárias à coesão social. Sua prerrogativa de tornar “mercantil” toda e qualquer área do bem-estar social pressupõe um Estado otimizador do lucro, da livre concorrência e promotor de políticas focais em detrimento da universalização dos direitos sociais. Assim, o Estado neoliberal marginaliza e afronta toda e qualquer conquista de direitos, sejam eles sociais ou trabalhistas.

Nesse contexto, o sistema educacional, ao qual cabe a missão de preparar os indivíduos para reagir de modo socialmente adequado às exigências do mundo produtivo, direciona sua ação educativa para a formação de perfis ajustados à divisão do trabalho e à expectativa do desenvolvimento capitalista. De fato, a escola não é neutra, ela naturaliza a concepção burguesa de sociedade e não se configura em força social capaz de transformar as relações de opressão e alienação capitalistas; a escola corrobora a condição de exclusão e desigualdade social, especialmente quando assegura que cada

indivíduo se adapte às condições determinadas pelas relações sociais, promovendo um modelo de educação e ensino convergentes à organização capitalista.

Bem ao estilo da racionalidade mercantil moderna, o desenvolvimento de “competências” para a flexibilidade e a polivalência desponta como corrente educacional cujos princípios privilegiam a formação de mão de obra adequada à demanda da base técnica do processo produtivo, ao mesmo tempo em que direciona políticas que alimentam a crença na inclusão no mercado de trabalho e na obtenção de sucesso pessoal exclusivamente a partir de habilidades técnicas e cognitivas requeridas pelas organizações empresariais, que cada vez mais exigem a maximização dos resultados. A manobra lança uma cortina de fumaça sobre os problemas enfrentados pelas sociedades capitalistas contemporâneas, não revelando que as raízes da exclusão social e do desemprego estão na própria materialidade do processo histórico de acumulação e dominação.

A década de 1990 é fértil em referências que buscam a redefinição de forças a partir da ideologia da globalização e da “sociedade do conhecimento”. De acordo com os discursos oficiais do período², as mudanças nas políticas e práticas educativas se faziam necessárias para suprir a lacuna do sistema educacional frente às novas demandas da sociedade, profundamente modificadas pelo emprego sistemático da microeletrônica e da robótica, como também para reverter limitações individuais frente às severas exigências do mercado de trabalho. O uso de novas tecnologias abre caminho a reformas identificadas com o projeto social hegemônico, dentre as quais a Educação a Distância (EAD), modalidade que se pretende modernizadora do sistema educacional e do projeto de universalização da educação, que se consagra como uma “nova” era de acesso e democratização do conhecimento.

Com a liderança do Banco Mundial e FMI, a educação assume a centralidade, o instrumento apaziguador dos males decorrentes da pobreza, da luta pela segurança e indução ao crescimento econômico. Aos países periféricos mais pobres, devedores contumazes, pouco lhes resta além de cumprir o ajuste estrutural imposto pelos países centrais que prescrevem a educação fundamental reducionista e a formação profissional aligeirada como os antídotos prioritários às mazelas oriundas do desemprego e da

² Para citar alguns exemplos: as diversas declarações do Movimento Educação para Todos (1990); o relatório Jacques Delors: Educação: um tesouro a descobrir (1993), que recebeu a incumbência da UNESCO de refletir sobre a educação e aprendizagem ideais para o século XXI; o Plano Decenal de Educação (1993), que demarca a aceitação formal do governo brasileiro às teses e estratégias formuladas em Jomtien; a LDBEN 9.394/1996, dentre outros.

pobreza. O ensino superior também sucumbe às consequências do trabalho pouco qualificado e à mercantilização do conhecimento científico.

Neste contexto, as políticas públicas voltadas para o setor educacional compactuam com as leis mercantis da economia mundializada e tendem a perpetuar as desigualdades sociais, uma vez que a formação do cidadão se limita ao aprendizado da igualdade de oportunidades.

Naturalmente, estou considerando as ações políticas corretivas do sistema do capital, as quais têm a perspectiva não da transformação do modelo econômico, mas da preservação e perpetuação da sua estrutura de poder sobre os indivíduos. Cabe ressaltar que tais relações de dominação não poderiam ser concretizadas sem que uma força coercitiva conferisse mistificação ideológica e legitimidade jurídica aos caprichos da produção capitalista. Neste sentido, o Estado se apresenta como a única estrutura compatível aos parâmetros do capital, assumindo a expressão do poder político que assegura, por meio de sua classe e instituições, o consenso sobre o projeto do capital. A política educacional, por sua vez, é um dos meios através do qual o Estado constrói sua hegemonia e conformismo social.

Assim, pensar a educação como uma alavanca para a emancipação humana só é possível se relacionada ao seu caráter universal, de processo de apropriação da cultura humana que antecede o homem e se desenrola ao longo da sua vida. Excede, portanto, o seu aspecto formal de escolarização, pois deve ser resultado de todas as influências sobre aquele ser em formação. A premissa paracelsiana reproduzida por Mészáros, de que “ninguém passa dez horas sem nada aprender” dá o merecido destaque à amplitude e abrangência dos processos que envolvem o desenvolvimento pleno das capacidades humanas para o exercício da participação consciente nos desígnios da comunidade.

Mészáros diz que a educação, em seu sentido amplo, é o caminho decisivo da “automediação do homem em sua luta pela autorrealização”³, e deve promover a interação plena dos indivíduos sociais, tornando-os “autoconscientes” da sua situação histórica real, da luta de classes e dos antagonismos postos pelo capitalismo contemporâneo. Na perspectiva da transformação, ela não pode se isolar do seu vínculo com o trabalho, caso contrário não ultrapassaríamos o patamar das ilusões idealistas ou das denúncias moralizantes, mantendo-se intactas as bases estruturais da sociedade de classes como um todo.

³ MÉSZÁROS, I. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 172.

Discutir um caminho possível, capaz de promover fissuras no cerco paralisante que mantém refém a formação humana, não se desvincula do enfrentamento do complexo de mediações alienadas impostas pelo capital que reproduz nossa existência, e isso não pode ser feito sem que sejam desafiadas as formas dominantes de “internalização”, fortemente consolidadas a favor da racionalidade do capital pelo próprio sistema educacional formal.

A transformação social qualitativa exige o rompimento com as mediações alienadas de segunda ordem do metabolismo do capital (família, produção alienada, dinheiro, trabalho assalariado, Estado e o mercado mundial). Esse processo não pode ser estático e/ou isolado, mas dinâmico e coletivo, movimentando uma força de “contrainternalização” ou uma “contraconsciência descolonizada”⁴, de forma a garantir a “participação genuína” e coletiva das massas em todos os níveis da existência social, perseguindo a “verdadeira igualdade”, e não somente o exercício dos direitos da cidadania liberal proposta pela sociedade democrático-burguesa, a qual se limita ao plano das oportunidades. O tipo de participação a que me refiro, ancorada em Mészáros, é uma mediação que se contrapõe à participação formal derivada da concepção de Estado liberal-burguês e às formas de exercício do poder da democracia representativa que se dá tão somente na esfera da ação política exclusivamente eleitoral.

É importante destacar que o Estado liberal-democrático é uma das formas mais avançadas de Estado alcançadas pelo sistema do capital. Sua representação parlamentar, as garantias democráticas formais e institucionalizadas de justiça, liberdade e igualdade refletem e afirmam importantes conquistas sociais para a classe trabalhadora e, como tal, devem ser veementemente defendidas, muito embora a orientação regressiva do sistema do capital tenha mistificado por completo o conteúdo dos valores positivos.

Assim, o mito da “democracia” e da “liberdade”, em conjunto com as “eleições livres”, oculta tanto a exclusão radical das massas do processo substantivo de tomada de decisões como garante o “acordo consensual” do sistema parlamentar a favor do capital e dos interesses da burguesia. O envolvimento estritamente formal do povo em rituais eleitorais é muito pouco para o exercício decisório dos homens no corpo social.

No que tange ao tratamento dispensado ao tema da igualdade, esta será sempre parcial e limitada se o caráter privado da propriedade não for questionado e o antagonismo entre as classes sociais, cuja função diferenciada na produção e repartição

⁴ MÉSZÁROS, I. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 57.

da riqueza social figura na gênese da desigualdade, não for demarcado em suas reais implicações para o desenvolvimento social.

O cenário de depauperação das classes média e baixa e a fruição dos privilegiados apontam a incessante concentração da riqueza⁵ do mundo nas mãos de poucos. Nesta perspectiva, as desigualdades são comumente entendidas como disfunções do sistema que carecem de tentativas inovadoras de promoção de novas formas de gestão e conciliação de interesses. Estas, porém, só asseveram a característica e a natureza fraudulenta das ilusões que o capitalismo fomenta: liberdade, desenvolvimento, igualdade, pleno emprego, democracia, justiça social etc. O espírito predominante dessas promessas foca na busca da estabilidade e do consenso de classes que viabilizem a irrefreável realização do lucro em detrimento das necessidades genuinamente humanas. Pressupõe um capitalismo diferente, reformado, em que as condições materiais que dão vazão à lógica do capital, à exploração do trabalho, à extração da mais-valia e à tirania do valor de troca sobre o valor de uso possam ser domadas e mantidas sob controle.

Em oposição ao metabolismo social do capital, a “igualdade substantiva” é o princípio estruturador e regulador fundamental da esfera da produção e distribuição para a criação de uma forma qualitativamente diferente de ordenação do nosso modo de reprodução sociometabólica. Mais do que isso, ela ocupa a posição-chave de “*primus inter pares*” dentro da estrutura categorial da hegemonia dos trabalhadores, haja vista que “a ordem social alternativa não é sustentável a longo prazo sem a plena realização da igualdade em lugar das relações sociais existentes”⁶ e sem a superação definitiva do sistema do capital, que depende da adoção de uma estrutura de reprodução social onde a “universalização do trabalho” e os seus frutos sejam igualmente repartidos. Essa compreensão propõe novos parâmetros para a reprodução metabólica, com relações sociais baseadas em “alternativas cooperativas” entre os seres humanos associados com vistas a uma sustentabilidade real. O desafio da igualdade substantiva, portanto, se afirma não na forma da “*igualdade de classes*”, mas na necessidade de pôr fim à

⁵ Estudo aponta que “a falta de políticas ativas contra a desigualdade (como, por exemplo, impostos progressivos sobre o capital)”, **fará com que esses países** [Europa e EUA] **retornem** em meados do século XXI a um patamar de desigualdade semelhante àquele do fim do século XIX e início do século XX. COSTA, Antonio Luiz M. C. A desigualdade social chega a níveis alarmantes. **Carta Capital**, São Paulo, 05 jan. 2016. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/873/no-mundo-de-os-miseraveis-5584.html>>. Acesso em: 19 jan. 2016.

⁶ MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 233.

desigualdade de classes enquanto tal em sua totalidade por meio do estabelecimento de uma *sociedade sem classes*”⁷.

O desvelar das aparências e a análise da complexidade das relações sociais, inter-relacionadas com as mediações não antagônicas capazes de negar os interesses parciais dominantes, são vias de acesso imprescindíveis à compreensão mais ampla da necessidade e urgência de superação do capital. Neste sentido, as lutas dos trabalhadores através dos seus instrumentos políticos correspondentes, greves e sindicatos, conselhos, etc., são fundamentais para a organização dos indivíduos, ainda que o seu poder de barganha frente ao capital seja sempre limitado e parcial diante da realidade objetiva adversa, haja vista a emancipação do homem exigir algo mais que trabalhadores conscientes de seus *status* de sujeitos ou o seu esclarecimento ideológico. Por outro lado, quando o trabalhador percebe que as reivindicações por mudanças representam sempre ganhos parciais dentro dos limites da nossa temporalidade e, por isso, são insuficientes, é que a sua consciência pode despertar para a transcendência da sua singularidade individual. Neste sentido, a superação do capital é percebida e se apresenta como uma necessidade urgente não somente para o indivíduo ou para a sua classe, mas também como um objetivo que deve ser abraçado por toda a humanidade para a consumação da transformação radical do mundo, um movimento que se manifesta como um processo formativo que é em sua essência também educacional, ou seja, a educação alcança o seu fim e significado mais profundo quando se concretiza como “autoeducação”⁸.

O problema é que os processos de formação circunscrevem as relações e valores incorporados pelos indivíduos atomizados, apartados de seus laços comunitários e apensos à desigualdade enraizada do capitalismo. Empenha-se na alienação à participação organizada e enaltece uma cultura que se espelha na mediocridade, desenvolvendo uma consciência reificada que coaduna com as expectativas de desenvolvimento e acumulação do capital, uma “pseudopositividade”⁹ que precisa ser negada. As consequências sociais concretas da atuação desse indivíduo autossuficiente, destituído de laços sociais significativos se revelam num tipo de participação formal, sem grandes arranhões nas relações de dominação capitalista.

⁷ MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009a, p. 122, grifos do autor.

⁸ _____. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 301.

⁹ _____. **Filosofia, ideologia e ciência social**. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 78.

Não é demasiado lembrar que o capital, segundo Mészáros, é o modo de controle sociometabólico de reprodução que tem a existência e o funcionamento diretamente ligados à sua capacidade de exercer o comando alienado sobre o trabalho de um modo soberano, ou seja, o capital não divide ou compartilha decisões, ele é o poder predominante da sociedade sobre as forças que engendram a vida material, impondo-se sobre a realidade objetiva e os desejos subjetivos de todos, trabalhadores e capitalistas, e essa condição de dominação não se resolve sem que haja a alteração radical no processo de produção e reprodução da ordem arraigada.

Pensar a educação em confronto com essa força totalizadora e paralisante exige o inter-relacionamento dialético com os processos formativos e políticos que se desenvolvem na convivência humana, no trabalho, nas instituições, nos movimentos sociais e nas manifestações culturais, assim como o enfrentamento prático das condições cada vez mais inseguras de sobrevivência da humanidade, pois somente o indivíduo que rompe a barreira da mera aparência da existência e se concebe em radical oposição às desumanidades de nosso tempo pode abrir caminho para a “transcendência da autoalienação do trabalho”.

Ressalto, contudo, que a educação, por sua própria natureza, é uma categoria fundada pelo trabalho e mantém em relação a ele “dependência” e autonomia relativa¹⁰. Ou seja, fechada nela mesma a educação não é capaz de resolver os problemas estruturais de uma economia, ela não cria as circunstâncias nem possui a capacidade de provocar uma ruptura com determinado modo de produção ou com os estranhamentos advindos do capitalismo. Serve, antes, à reprodução dos interesses hegemônicos, na medida em que incute o individualismo burguês como essência imutável da natureza humana e a justificação ideológica do saber como inerente aos interesses de uma classe privilegiada.

Na mesma medida, a redução do tempo de vida ao tempo do trabalho, a desigualdade que é mantida com mãos de ferro pelo Estado político e o controle hierárquico de subordinação sobre o trabalho também não podem edificar um ser emancipado. O Estado, ainda que professe a igualdade fundamental de todos os indivíduos e ponha em prática ações políticas que almejam reduzir a tensão social, se

¹⁰ Reconhecer a autonomia relativa da educação significa que não podemos dotá-la de total independência em relação à centralidade do trabalho, embora não possamos também negá-la. O trabalho é o único complexo que está em interação **recíproca com os** demais, o que não significa que não estabeleça relações e influências entre os demais complexos sociais.

mostra incapaz de eliminar os problemas inerentes ao funcionamento da sociedade de classes, haja vista o seu compromisso primordial residir na defesa da ordem sociometabólica estabelecida, não restando à política ação remediadora capaz de fazer frente à base socioeconômica do capital. Somente a “autodeterminação radical da política”¹¹, que enseja a urgente reorientação da política democrático-burguesa com vistas a uma modificação estrutural no processo de apropriação das riquezas sociais, será capaz de direcionar a transformação da sociedade.

Todas as oportunas ressalvas voltadas à parcialidade da emancipação pela via política não a descarta como importante e necessária ferramenta para a superação da sociabilidade do capital pela revolução. A mediação política, sobre a qual Mészáros debruça expectativa, em nada se assemelha à ação representativo-burguesa que é exercida por uns em nome de variadas formas de dominação sobre outros. A política que Mészáros defende é atividade consciente e radical, que deve estar em estreita articulação com transformações estruturais irreversíveis na reprodução social metabólica e com a participação consciente do sujeito emancipado.

Não restam dúvidas de que, nas circunstâncias atuais, os recursos ao enfrentamento às tendências devastadoras que nos assombram não estão disponíveis no quadro de referência do capitalismo. O campo para o questionamento do princípio de “*causa sui*” perverso do capital se mostra exequível apenas no plano dos “efeitos manipuláveis”, o que deixa suas bases causais inalteradas.

A introdução de reformas graduais e sucessivas na legislação e nas instituições capitalistas já existentes a fim de torná-las menos desiguais, tão ao gosto dos primórdios ideológicos da social-democracia, é mais uma ilusão reformista que inebria a causa emancipatória. Do mesmo modo, crer na onipotência do Estado como agente da promoção social, como na experiência do *Welfare State* e nas medidas adotadas pelo sistema soviético, é desconsiderar a força contundente dos imperativos de expansão e acumulação do capital sobre o desejo subjetivo de controle político do sistema.

A educação, como mediação também indispensável à luta pela emancipação da consciência dos obstáculos da realidade, articulada com as lutas sociais expressivas, à política radical como instrumento de participação dos trabalhadores nas decisões que influenciam suas existências, e à contestação da desigualdade estrutural do capitalismo, pode abrir caminho para as condições subjetivas, ou seja, pode mobilizar a consciência

¹¹ MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009b, p. 1077.

para a ação histórica radical e decisiva da massa trabalhadora, subvertendo o velho ao novo tempo da humanidade. Superar o capital e a sua sociabilidade é inconcebível sem a articulação prática de uma educação libertadora que permita aos indivíduos não somente o acesso à produção científica e histórica, mas também e especialmente o domínio consciente e coletivo do saber necessário à defesa dos interesses dos trabalhadores associados.

REFERÊNCIAS

COSTA, Antonio Luiz M. C. A desigualdade social chega a níveis alarmantes. **Carta capital**, São Paulo, 05 jan. 2016. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/873/no-mundo-de-os-miseraveis-5584.html>>. Acesso em: 19 jan.2016.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009a.

_____. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **A teoria da alienação em marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **Filosofia, ideologia e ciência social**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial. 2009b.